

Para onde decola o país e a Universidade brasileira?

To where will the country and the Brazilian University take-off?

Luiz Augusto Passos¹

Resumo

O presente trabalho esteiado nas Pesquisas apresentadas nos GT 8 e 11, respectivamente, da Formação dos Professores e Políticas de Educação Superior, da 32ª Reunião Anual da ANPED (2009), procura compreender a afirmação de que o país, e por consequência, as universidades, decolaram. Avalia situações emergentes referidas à formação docente e as políticas que se referem ao Ensino Superior, com o foco nas reivindicações e lutas dos Movimentos Sociais, traçando âmbitos de colisão entre o discurso otimista acerca da referida ascensão e as conclusões das pesquisas da ANPED, bem como das condições socioeconômico-políticas expressas pelo obscuro advento do pós-capitalismo. Compreende que a construção da democracia popular e participativa, ao mesmo tempo em que formula políticas de Estado, é condição necessária para que se supere a fragilidade transitória das políticas de governo. Avalia conflitos entre interesses nacionais e internacionais no que se refere à direção dos processos sociais, econômico, simbólicos e políticos. Necessário criar condições para que a história supere e barbárie, derrotando o centralismo, autoritário e conservador das elites, pela participação ativa dos cidadãos e da universidade na construção de uma sociedade democrática, aspiração histórica dos movimentos sociais que exprimem a luta da sociedade brasileira.

Palavras-chave: Formação de professores. Políticas do ensino superior. Universidade.

Abstract

This paper, based on the researches presented by the Work Groups 8 and 11, respectively, of the Formation of Superior Education Teachers during the 32nd Annual Meeting of ANPED (2009), aims to understand the affirmation that the country and, consequently, the universities succeeded in taking-off. By evaluating the emergent situations referred to the formation of teachers and the policies related to the Superior Education as a focus of claims and fights on part of the Social Movements, I trace the scope of collision between the optimistic discourse about the mentioned ascension and the conclusions drawn from the ANPED researches; in face of the socio-economic and political conditions in force and the ones expressed by the obscure advent of post-capitalism. I understand that the construction of a popular and participative democracy needs, at the same time, to formulate the State policies theoretically and to realize them in practice in order to overcome the transitory fragility of the governmental policies. I evaluate the conflicts between the national and international interests in what refers to the direction of the social, economic, symbolic and political processes. It is necessary to invent the conditions necessary for History to overcome barbarism and to vanquish the authoritarian and conservative centralism of the elites, through the active participation of the citizens and the university in the construction of a democratic society, a historic aspiration of the social movements expressing the current desires of the Brazilian society.

Keywords: Teachers formation. Superior education policies. The University.

1 Filósofo. Professor do Programa de Pós-Graduação, Mestrado e Doutorado Educação da UFMT e Coordenador do Grupo de Pesquisa Educação e Movimentos Sociais. Mailto: <passospassos@gmail.com>. Philosopher. Teacher of the Program of Post-Graduation, Master and Doctorate Education of UFMT and Coordinator of the Social Movements and Education Research Group/UFMT. Mailto: <passospassos@gmail.com>.

Quando fui convidado para esta mesa de debates e preparei minha intervenção nela, desejei realizar uma interlocução entre as pesquisas que tenho feito no âmbito do movimento social popular e, a partir deste lócus, inferir interpretações acerca das mudanças realizadas nas Políticas de Formação no Ensino Superior Público, no contexto nacional. Embora tivesse a referência da amplitude de informações e conhecimento do(s) extraordinário(s) observatório(s) que os meus dois colegas de debate que me antecederam possuíam para avaliar as políticas públicas de formação de professores nas universidades, não conseguiria eu imaginar a amplitude do macrocenário por eles descrito.

Eles possuem não apenas um conjunto de informações, sabemos, mas um histórico percurso de vivências pessoais de atuação no Brasil e também fora deste país, do que se tem processado neste âmbito. Em vista disso, havia eu percorrido pesquisas apresentadas no âmbito da ANPED Nacional 2009, especialmente nos GTs 11 e 8, respectivamente, aquele da Política da Educação Superior e de Formação de Professores, nos quais existe grande unidade, nem sempre consensuais, acerca do momento presente que causa-nos perplexidades para dialogar a partir da praia, da qual conheço a maré.

Minha contribuição não se dá no mesmo eixo, nem na mesma perspectiva dos meus antecessores. Dialogarei com eles a partir do âmbito dos movimentos sociais, cujas pesquisas tenho realizado, tanto na qualidade de observador-participante, quanto naquela de participante-observador, em temas que me empantana há, pelo menos, vinte anos. Quero, pois triangular meu ponto de vista das políticas públicas da Educação no atual contexto brasileiro, deixando de antemão a consciência de que não pretendo estar dizendo “a” verdade, mas minha verdade, a partir da janela do meu olhar, cujos óbvios limites me são impostos pela assunção das minhas ideologias.

Nos últimos vinte anos, pelo menos, pesquisei entidades e movimentos tendo como foco o papel educacional destes mesmos atores individuais ou coletivos populares que atuam na sociedade de modo geral. Não o fiz isoladamente. Estudamos formalmente, enquanto grupo de Pesquisa, Professora Artemis Torres e eu estivemos à frente para compreender os espaços, tempos e atores populares dos movimentos sociais, a partir de nossa linha de pesquisa, *Movimentos Sociais, Política e Educação Popular*. Pesquisamos tanto as práticas populares dos partidos, movimentos e pastorais no contexto da década de oitenta e sua ligação com a década precedente, a de setenta. Nesta mesma perspectiva, retomamos as práticas educacionais de movimentos, organizações da sociedade civil, associações e pastorais. Centrei nestes últimos anos os movimentos que tiveram sua referenciada espacial na Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito durante o período da ditadura, dado que grande parte do movimento social aproveitou as igrejas como guarda-chuva de suas lutas e organizações.

Estudamos as Comunidades Eclesiais de Base e o papel emancipatório de suas atuações no contexto institucional restrito das Igrejas, como também o serviço dela na formação de atores políticos, compreendidos na perspectiva laica. Acompanhei de perto e de forma engajada a luta nos movimentos contra a ditadura, tanto no âmbito dos movimentos sociais quanto no das Igrejas. E aqui, em Cuiabá, desde os primeiros albores de um grande conjunto de movimentos e entidades, nascidos no espaço da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, que contou com a participação de pessoas, algumas delas ainda na clandestinidade, outras retornando ao país após a anistia e colaborando em sentido político com a luta e da construção da democracia.

Entre estes grupos, a criação da Associação de Solidariedade às Comunidades Carentes de Mato Grosso (ASCCMT), que deu origem a um jornalzinho de nome *O Espaço*, que estabelecia prática coletiva, junto aos moradores, na produção de informações acerca da organização e das lutas populares entre bairros; mais tarde, a ASCCMT deu origem à FASE em Mato Grosso. Alguns grupos com peso político importante utilizaram a Igreja do Rosário, a partir de 1979, como sede de sua atuação, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Alguns se constituíram a partir das necessidades emergentes, como o Centro de Documentação Terra e Índio (CDTI), o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), a Associação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais (ANAMPOS) e o Grupo de União e Consciência Negra, nascido da Frente Nacional do Trabalho (FNT) coordenado, então, por Mário Carvalho de Jesus.

Estávamos na articulação nacional denominada Sistema de Intercambio Nacional (SIN), que era um processo paralelo de comunicações que buscava defender, de maneira orquestrada, com divulgações em importantes centros de divulgação, tanto para dentro como fora do país, situações de conflitos que ficavam invisibilizadas e isoladas face à censura sobre os órgãos de informação e divulgação, de sorte que fossem retiradas do isolamento, dando visibilidade pública às pessoas ameaçadas de morte ou “desaparecimento”, bem como se criassem formas de pressão sobre os responsáveis e correlatos. Os militantes da Igreja do Rosário participaram dos Encontros Nacionais de Experiências de Medicina Comunitária (ENEMEC) e construíram coletivamente o Movimento Popular de Saúde (MOPs) e o Movimento de Defesa dos Favelados (MDF) em Cuiabá.

Formamos com muitas articulações, inclusive estimulados pelo bispo D. Pedro Casaldáliga, um Comitê que reunia militantes de grupos e partidos de esquerda e, mais tarde, o Comitê Provisório de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, num arco de alianças que reunia o Movimento de Direitos Humanos e as Comissões Pontifícias de Justiça e Paz. Fazíamos parte das equipes de coordenações nacionais ligadas a alguns serviços pastorais de Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, entre elas, a Pastoral Social, a Pastoral de Saúde,

e da Comissão Nacional de Assessores da Pastoral de Juventude e da Pastoral de Juventude do Meio Popular. Foi, por necessidade, construído o Centro Pastoral do Rosário (CPR) que se articulava junto aos Centros Populares de Documentação e Informação, não apenas com eixo no Brasil, mas América Latina e Caribe.

A violência sobre pessoas e grupos, de modo especial aos posseiros, indígenas e sem terra, como os desaparecimentos de jovens por aparatos paramilitares e policiais, na época, deu origem ao Centro de Direitos Humanos Henrique Trindade (CDHHT). Tanto a Pastoral Operária, como os Comitês de Apoio a El Salvador e aos presos políticos do Uruguai e Chile funcionaram nas dependências desta mesma Igreja. E lá também ocorriam reuniões de organização do Partido dos Trabalhadores. Tenho, pessoalmente, procurado documentar temáticas mais recentes, com raízes naqueles tempos, trabalhos das crianças e jovens nas ruas; os trabalhos de Educação Popular, entre eles, o do Movimento de Educação Integral Fé e Alegria, em suas experiências na Educação escolar, como outros projetos voltados a crianças marginalizadas, Centro de Educação Especial do Centro Vida e Fraternidade, Escola de I Grau Fé e Alegria e atuação em Creches comunitárias, junto à Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil (IECLB).

Acompanhei, na condição de orientador, pesquisa acerca da Educação da Terra, na Escola Paulo Freire no Assentamento dos Trabalhadores – Sem Terra (MST) em Mirassol do Oeste; a luta emancipatória dos estudantes pela gratuidade de Universidade Pública em nossa Universidade (UFMT); a luta contra Furnas, realizada pelo Movimento dos Atingidos por Barragens, expropriados de sua terra pela Usina de Manso. Estudamos e pesquisamos a formação dos educadores ligados à Universidade Popular Comunitária (UPC), sua história, construção de currículo, acompanhamento das Mulheres mães da UPC e os impactos dessa educação na escolarização de seus filhos. Pesquisamos os processos de educação instituinte, através da Orquestra de Flautas Meninos do Pantanal; a metodologia de educação popular do Instituto Pastoral de Educação em Saúde Popular (IPESP) e os projetos de políticas públicas de Saúde e de formação de educadores populares em Saúde, da Associação Brasileira de Homeopatia Popular (ABHP). Acompanhei e pesquisei o Mestrado sobre a Pedagogia Waldorf, na Escola Livre Porto de Cuiabá. Estudamos ainda a concepção do tempo na vida dos trabalhadores resgatados do trabalho escravo contemporâneo; a formação jurídica e de Direitos Humanos dos oficiais militares, pela Academia de Polícia Costa Verde, e a abordagem a civis nas operações de rua em Cuiabá. Estamos ainda estudando as dimensões emancipatórias nos processos da Festa Popular de São Benedito. Estudamos as políticas públicas de Educação: a rede de creches municipal e os processos de formação; o estado de sítio dos espaços públicos escolares; os projetos culturais na educação municipal; a ambígua identidade profissional das educadoras das creches: técnicas, cuidadoras

ou professoras. O CEJA e sua expressão educacional, as formas de participação escolar e democratização dos espaços educacionais, constituem pesquisas no presente. E concluímos, estudos de dois fenômenos sociais ampliados do ponto de vista educacional e político, entre estes *Burnout* e a luta de desistência/resistência dos professores(as) acerca das condições de exercício da prática docente.

Realizamos, ultimamente, estudos críticos acerca dos processos de violência contra crianças e jovens, através do *Bullying*, mostrando que em grande parte a violência social é ampliada e se reproduz no cotidiano. Iniciamos pesquisas, em nível de doutorado, acerca do lugar social da mulher Xavante em sua etnia, no contexto de exílio mantido pela justiça no acesso à imemorial Terra indígena Maráiwatsede, em Bom Jesus do Araguaia (MT) (<http://aguaboanews.blogspot.com/2009/02/indios-xavantes-maraiwatsede-liberam-br.html>.) É nesse contexto de audição da população empobrecida, da condição humana e desumana das vítimas do capitalismo, de suas vitórias, emancipações, perdas e angústias, de onde pretendo falar.

Vou, pois, começar minha reflexão tomando duas questões iniciais. Houve afirmação de que o país decolou na perspectiva da emancipação, crescimento e democratização, e eu quase diria, num certo tom de euforia. Obviamente, mencionar decolagem é sempre a partir de um contexto comparativo a uma condição anterior e em contraponto com o cenário internacional. Pergunto: decolagem de onde e para onde? E para quem e contra quem? Perguntas que necessitam de esclarecimentos e complementações. Reconheço pontos de ascensão, lutamos por ela, pelo crescimento da participação, pelo resgate da memória de opressão, contudo, evitarei chegar a sínteses neste debate, porque não acredito inteiramente nelas, e posso alertar não acredito no progresso ascensional linear da modernidade.

A história vive de idas e vindas. Vivemos sobre tensões e realidades mutantes que ocorrem em qualquer processo vivo. Mas, tenho uma hipótese: vivemos num momento decisivo, no qual os processos de perdas e ganhos são desproporcionais; de forma que as melhoras proporcionadas para os setores populares são infinitamente menores daquelas que se dirigem aos setores dominantes. E são estes últimos que ficam com a parcela do leão e carregam um processo de morte, pela estreiteza e avareza, numa produção antiecológica, insustentável, que continua recebendo incentivos e estímulos econômicos desiguais, inclusive pelo Estado que hoje temos. As dimensões econômicas de dominação, expropriação e alienação continuam em escala quase geométrica, e os benefícios, acesso e as representações destinadas aos setores empobrecidos, proporcionalmente são medidos em escala aritmética. Este panorama incide diretamente sobre as políticas da educação e do papel das agências públicas. Não se pode julgar a dimensão do país, inclusive

no âmbito da educação, senão no contexto global das relações de classe, tendo o olhar, sobretudo, ao âmbito do trabalho e da sobrevivência, avaliando aqueles que não são poupados pela repressão, fome, doença e abandono. Aqueles que, segundo Herbert Marcuse (1999), não precisariam ter morrido, ou morreram mais cedo do que deveriam e mal conseguem calar a culpa de todos e todas, nisso. Ou aqueles que, num contexto glorioso de país com ufanía, estão cerceados nos fundos do país, em condição análoga à escravidão, sem terem a quem recorrer diante da fome, do espancamento e do terror. Há indígenas, não nômades, às margens das estradas, inclusive do nosso estado; há criança Kaiowa guarani morrendo de fome no país dos grãos!

Meu caminho, doravante, será, primeiro, expor reflexões acerca das pesquisas concluídas que foram apresentadas em nosso evento acadêmico maior, a ANPED 2009, acerca do tema de debate desta mesa. Penso que, segundo ela, há nas pesquisas avanços e recuos nos processos político-educacionais em curso no país, e não há clareza em pontos essenciais.

Vou, em segundo lugar, rapidamente, expor o Processo de Bolonha, mostrando que a realidade nossa está tensionada por um movimento expressivo de fora do Brasil, de consequências drásticas. Estes grupos trançam demandas e ajustes nas políticas das grandes agências brasileiras de controle das políticas de governo e públicas, mostrando o panorama complexo da presumível decolagem, que poderia significar uma trajetória de progresso permanente, num âmbito de incertezas e de quebra do próprio capitalismo.

Devo, pois, mencionar o que me parece que está em curso, uma nova construção pós-capitalistas que nos levará a buscar novas formas de convivência, de cultura e de sociedade, sem que haja paradigmas pré-estabelecidos para ela. Até hoje, pensamos uma alternativa para o sistema na imaginação do seu contrário, e, surgia um modelo, o socialismo, em grande parte esboçado como um sistema político antípoda, que se contrapunha às contradições centrais do modelo vigente.

Mostrarei, contudo, que a decolagem em curso sofrerá turbulências maiores do que as que possamos imaginar. Será possível propor políticas sustentáveis para cenários vindouros?

O móvel desta geopolítica do nosso país é gerada e se estrutura sob o impacto das determinações vindas de fora dele. Continuamos, apesar da autonomia em campos estratégicos, conquistada um pouco “na marra” e um pouco na diplomacia, e negociação com outros países emergentes, alguns pontos de partida com governabilidade, num equilíbrio de gangorra, com é próprio de toda política. Mas não nos iludamos, temos uma condição subordinada às grandes agências do capital estrangeiro, que se articulam em processos que possuem hegemonia, como no campo da Educação, e entre estas medidas abrangentes e planetárias, o

chamado Processo de Bolonha. Existem ainda políticas domésticas que constituem acomodações às diretrizes externas a nós, impostas pela comunidade europeia na sua recuperação da mentira do eurocentrismo, no que tange aos reconhecimentos de títulos e das competências estabelecidas pelo Documento de Copenhagen.

Será que estou completamente equivocado, como ave agourenta, cujo canto empana a luminosidade da aurora que vem?

Pesquisas apresentadas na ANPED 2009

Apresento, pois, resultado das pesquisas do GT 08 e 11, da última reunião Nacional da ANPED, em 2009, como subsídio daquilo que os principais pesquisadores na área da formação de Professores e das políticas públicas do Ensino Superior, registram acerca do percurso e da lógica que dirige este mesmo percurso.

A primeira pesquisa, da qual trago a síntese, foi apresentada por Alvarado Prada (UFSCAR), Vieira (UNIUBE) e Longarezi (UFU). Foram selecionados pelos autores trabalhos apresentados pelo GT8, da Formação de Professores, no período de 2003 a 2007, investigando quais as concepções educacionais que os autores tinham desta mesma formação e o perfil teórico-metodológico dela. A pesquisa, seguindo os passos de Winch, realiza um estado da arte, mostrando que do ponto de vista da identidade desta formação, dos 64 trabalhos analisados, há mais de 700 citações acerca da relação formação e desenvolvimento profissional. Entre os autores inspiradores estão Domingos Contreras, Kincheloe, Schon, Marcelo Garcia, Selma Garrido, Pérez-Gomez, Elliot, Giroux, Vilela Pereira, Alvarado Prada e outros, que estão no cenário há mais de 30 anos. Contudo, dizem os autores, “A repetição do pensamento desses, sem um maior aprofundamento tem produzido estagnação das produções de novas concepções.” Há certo envelhecimento oportunizado por um conjunto de autores que mobilizaram com conceitos e interpretações o cenário educacional e, portanto, de alguma maneira o tempo ficou congelado há, pelo menos, duas décadas, no que tange às dimensões inéditas da realidade pouco nominadas e não suficientemente compreendidas, por uma certa hegemonia interpretativa de um período da literatura educacional. Fica sugerido, pelos autores pesquisadores, que a velocidade das mudanças que proporcionou a decolagem da universidade brasileira está freada, com uma repetição compulsiva do mesmo pensamento por quase três décadas.

Maria de Fátima Pereira (UTP) e Elza Margarida Peixoto (UEL) realizam também um estado da arte apresentado na ANPED 2009, formação dos professores, e notificam que os trabalhos não contam com dimensões dialéticas

que se expressam como totalidade e contradição. Apresentam limitações quando são apontados princípios ontológicos, sugerindo que desde a lei de 1827, a formação dos professores tem sido, apesar da luta de classe, favorável, não aos docentes, mas ao Capital.

Não são distintas as conclusões que Hostins (UNIVALI) faz avaliando as Diretrizes Nacionais para o curso de Pedagogia (2002, 2006) na ANPED 2009, destacando a gestão, o currículo e os processos de ensino e aprendizagem. Recorrendo a Kurtz, Lukács e Moraes, à luz do materialismo histórico, oferecem o referencial teórico-metodológico para dialogar perspectiva ontológica, historicidade de real e complexidade das relações, mediações e contradições que o constituem. A proposta é mostrar um ensino a partir da crise do capital virtualizado e da individualização social Pós-moderna, expressas na pedagogia. E, portanto, há um desamanchamento de perspectivas que consigam responder a metodologias que desenhem perspectivas para a gestão, currículos e processos de ensino aprendizagem, afinados com a realidade política.

Segenreich (UCP), por sua vez, na ANPED 2009, aponta as brechas políticas abertas, quer pela EAD, mostrando que isso abre brechas no Ensino superior privado, afinando com Kuenzer, que chama de exclusão includente ou inclusão excludente. Utiliza ainda Carvalho, no que tange à correlação existente entre modelo industrial e modelo sociointeracionista. Traz ainda como aporte, dos alunos negros que receberam vagas na PUC-Rio de Janeiro e, na verdade, a falta de inclusão destes mesmos alunos, que os levou a se autoexcluírem da Universidade à qual tiveram apenas um acesso passageiro.

No bojo da decolagem da Universidade e seu crescimento numérico, houve avanço em quantidade de vagas, ampliação via programa de democratização do acesso, constatando-se, desde já, que tem havido, segundo Bettio Mattos (UFSC) e Bianchetti (UFSC) (ANPED, 2009) um inédito alongamento da escolarização, de forma que os jovens profissionais, pela ausência da oportunidade de trabalho, têm a tendência de fazerem mais de um curso, simultaneamente ou em seguida. Ao saírem da graduação, vão de imediato para a especialização, mestrado e doutorado, de forma a ficarem em estudos por muitos anos, sem interrupção. Estudos de pesquisadores franceses, comparativos mostram que o engessamento da mobilidade social mediante grau mais elevado de escolaridade, não é causal, frente ao estreitamento de oportunidades laborais. A hipótese de interpretação é que não se trata de uma dimensão conjuntural passageira, mas, sim, de fatores estruturais, inerentes à lógica excludente do Capital. Importante, pois, atentar que, a aparente ampliação de vagas não constitui aumento de vagas para quem não acessou ainda a universidade, mas, em grande parte, um sistema de inércia dos que já a tinham acessado.

Porto Júnior, da UFPEL e do Instituto Federal Sul-rio-grandense, e Mauro Del Pino (UFPEL), na ANPED, 2009, analisaram o feito do Decreto 2.208 e as mudanças que ocorreram no mundo do trabalho. Inferem uma relação íntima entre alterações estruturais nos cursos técnicos do CEFET- RS e as mudanças ocorridas no mundo do trabalho. Constatam que, apesar do aumento de vagas para alunos e formandos nos cursos técnicos, o número de excluídos aumentou. Houve aumento de exclusão no interior da rede, com a saída prematura de um número significativo desses alunos. A este respeito, saliento que, em Mato Grosso o ProEja, sistematicamente, teve que juntar uma turma à outra, para conseguir número de inscritos, realizado no início das inscrições. Não houve tempo suficiente e formação adequada que resultasse na compreensão, por parte dos professores, do perfil, dos problemas de instabilidade de trabalho destes alunos, assim como do abandono ao surgimento de trabalho, ainda que sazonal. A comparatividade entre o que era o CEFET, como uma escolarização voltada a uma elite técnica e disputada pelo mercado, ocasionou múltiplas dificuldades de adaptação dos alunos de meio popular, visto que seu capital cultural possuía uma enorme desigualdade face aos alunos dos cursos regulares.

Ora, em trabalho comparativo, realizado por Glória de Melo Tonácio, da UFRJ (ANPED, 2009) mostra que as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia (Resolução CNE/CP Nº 1, de 15/05/2006, incluindo o Parecer CP/CNE Nº 5 e ementa retificadora Nº 3, de 2006) homologados pelo Ministro, desvelava uma precarização do trabalho docente, retratando a flexibilização e desvelando a contradição empregabilidade/informalidade. Esta pesquisa demonstra outras formas similares na política de formação docente em função da qualidade. Silvana Aparecida de Souza (ANPED, 2009) pesquisou o que ela nominou de trabalho “voluntário” de caráter involuntário, coercitivo, posto que se utiliza, como item de seleção, pessoas que exerçam um trabalho voluntário, como parte do perfil de empregabilidade. Ora, o campo da educação é o campo que se caracteriza por área que possui caráter humanista, e é colonizado pelo conceito de Responsabilidade Social da Empresa (RSE), de caráter obviamente assistencialista, de manutenção do indivíduo na linha de dependência da ajuda do outro, maquiando a RSE em promoção e sustentabilidade, repercutindo dessa forma, no campo da educação e na formação de pessoas e futuros docentes. O trabalho voluntariado, ainda que necessário, precisa não destituir o Estado de prover dimensões importantes que fazem parte das necessidades permanentes de qualquer educação, dispensando o mesmo Estado de investir economicamente no insumo estratégico mais importante, pessoas, docentes em processo de formação permanente. Neste sentido, os espaços educacionais servem de escudo para condições, inclusive, de ilegalidades, hoje nas mãos de processos no Ministério Público.

Ficou, contudo, evidente no campo do trabalho docente o surgimento de um sistema de precarização do trabalho e do trabalhador, e de “terceirização” de cooperativas de mão de obra. Por outro lado, trata-se de uma prática ilegal que fere os princípios do cooperativismo, fraudando a lei trabalhista, que foram denunciadas pela Justiça do Trabalho, Ministério Público e por outros órgãos. Houve já punição das Instituições de Ensino superior que adotaram o sistema contratual. Por outro lado, a contradição das fundações de apoio privadas, constitui um dos trabalhos apresentados por Giovane Ramos (UNIPLI), na ANPED 2009, aclarando que a regulação e os ajustes se dão na lógica mercantilistas neoliberal. Há, por outro lado, uma ressemantização de termos que pertenciam à luta histórica dos movimentos sociais e, hoje, foram “relexicalizadas” como educação terciária, sociedade civil de lócus, em que a luta social torna-se harmônica e de caráter colaborativo, que substituem a noção de mercado. Assim, as universidades públicas autárquicas ou fundacionais públicas, sofrem alterações não só por meio da “reforma do Estado”, mas também pela proliferação das Fundações de Apoio privadas, intermediando parcerias público-privadas que celebram contratos particularistas, em detrimento da autonomia universitária, realidade esta que gera uma heteronomia.

Que decolagem é essa, que deixa à oferta aleatória âmbitos imprescindíveis ligados aos aspectos formativos? Compensar o aparato legal que tem estimulado a aligeiramento da formação para o mercado, independente da qualidade da titulação, do conhecimento e da construção da democrática crítica e participativa. Em que sentido, pois, o Brasil e a universidade decolam?

Rohten e Barreyro (ANPED, 2009) mostram a ambiguidade seguida da implantação do ProUni na PUC - oportunizando aos alunos que trabalham para ter algum ganho e poder se emancipar.

Do ponto de vista crítico, também as avaliações debatidas no GTs da ANPED 2009 parecem não alcançar dimensões centrais. Maria do Carmo Lacerda Peixoto estuda SENAES, ENADE e POSGRAD com políticas públicas de avaliação, constatando que, nas instituições estudadas, o ENADE não cumpriu a tarefa a que se propunha, pois não há um conhecimento, na verdade, daquilo que é central. E registrou um desconhecimento das pessoas acerca do próprio exame e sua finalidade. A pressa, talvez, de atividades compensatórias tem deflagrado, penso, um conjunto de medidas, nem todas com a coerência e cuidado necessários e que por vezes excessivamente centralizadas no Estado, impedindo a prática de poder se planejar coletivamente suas políticas públicas.

Mazzili (UNISANTOS) faz sua pesquisa sobre a avaliação da CAPES, apresentada na ANPED 2009, sobre o sistema de avaliação da CAPES sobre os programas de Pós-graduação, de sorte que toma o par conhecimento-emancipação e conhecimento-regulação por referência. Existe, no debate da autora, tensão nos

orientadores que acabam por escolher outro ainda, efetivamente, distinto.

Débora da Cunha (UFPA e UnB), por sua vez, com as informações da CAPES e do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), destaca, na ANPED 2009, que entre oitenta e quatro (84) teses escolhidas, elas não alcançaram pontos fundamentais, uma vez que as pesquisas são quase todas referidas à graduação. Há carências no que tange ao estudo da avaliação interna, bem como políticas de avaliação não são analisadas, de sorte que são discutidos procedimentos e processos, nunca os impactos. Mostra, pois, que campos decisivos da ação estão ainda à sombra de se ter noção do significado das ações de formação em nível de ensino superior. Ora, este estudo oportunizou um levantamento criterioso e exaustivo que se deu desde o ano de 1997 até 2007, avaliação que pesa em mostrar que dimensões fundamentais estão não estudadas, avaliadas e produzem cegueira das avaliações em curso.

Alerto para a preocupação até aqui elencada, nas pesquisas apresentadas na ANPED 2009, das dúvidas por autores da maior seriedade e peso, de que estamos calibrando do ponto de vista do Estado, uma direção para políticas de formação docente e discente, com sustentabilidade, por fragilidade do próprio conhecimento, do tipo de avaliação, da impertinência de estrutura legal vinda do Ministério que tenha como prioridade a qualidade do ponto de vista da educação, de maneira um pouco apressada, com pontos de vista “cegos”, que fazem patinar a Universidade brasileira. Com pensar em decolagem, nesse contexto em que questões de fundo, de direção e de epistemologia estão travadas por quase três décadas? Como pensar numa decolagem com um sistema de aligeiramento, de inércia no interior das universidades, de precarização jurídico-legal e terceirização do trabalho docente?

Duas pesquisas fazem ponderações positivas e merecem ser ouvidas. Eder Dantas (UFPB) e Souza Júnior (UFPB), que expõem na ANPED 2009 uma análise das políticas relativas aos marcos de transição, portanto móveis, que acionam políticas públicas de Estado. Mencionam mudança da segunda metade do governo Lula, mostrando a presença maior do Estado no âmbito das políticas sociais, presença de uma agenda de intervenção e desenvolvimentismo e fazendo transparecer a proposta de regulação através de consertação social. Do PROUNI, de caráter privatista, foi-se ao REUNI, de caráter público. Os instrumentos, entretanto, regularam-se ainda pelo mercado, concluindo que a nova política para o ensino superior possui ambiguidades. Mantém-se a concepção gerencialista de administração, em via dos “resultados” e do caráter regulatório do sistema educacional. Inegável tendência de maior aporte de recursos. A dinâmica, que se depreende deste relato é que há vida, movimento, mas ainda complexidades, ambiguidades e um gerencialismo administrativo que convive com busca de participação, nem sempre ouvida, neste contexto de busca de eficácia.

Algumas questões estão postas na investigação de Alfredo Gomes (UFPE) e Karine Moraes (UFG) quando examinam os dados do senso superior, comunicados na Assembleia anual da ANPED 2009, gerando um conjunto de informações que permite compreender as fases e a evolução do sistema de ensino superior brasileiro. A característica é que, de um sistema de elite, ele se desloca para uma direção de sistema de massa. Nesse sentido, há uma evolução positiva. Deve-se, essa é também a compreensão do adido educacional do governo Francês para o Brasil, Stéphane Montclair (SORBONNE), em conferência na UFMT, em abril de 2010, a duas dimensões inegáveis de função peculiar do Estado sob coordenação de Lula, conforme tem sido compreendido por um conjunto expressivo de intelectuais, de que o Estado tem construído, e muito, a sociedade pública no Brasil, interferido em garantir uma representação maior do papel civil das sociedades nas políticas públicas. Neste sentido, a demanda da sociedade por participação é cada vez maior. O que havia ocorrido no tempo de Fernando Henrique Cardoso foi precisamente o da existência de um Estado, apesar da sociedade brasileira. A entrada do Presidente Lula permitiu um “diálogo sistemático” com esta mesma sociedade (e até com outros países), de maneira especial com os movimentos sindicais e sociais. E por isso este mesmo diálogo de Lula com a sociedade e os movimentos sociais, não raro confundido como perda de governabilidade face ao crescimento da cidadania no país, buscou monitorar os movimentos sociais num sistema paralelo de informações, considerados que são como agentes baderneiros e desordeiros, a até como terroristas, lesando as instituições legítimas do Estado brasileiro e a impoluta propriedade privada de quem as roubou. Caso muito representativo, a caça do governo do Rio Grande do Sul que ora ocupa o Estado, em campanha policial militar contra os movimentos sociais populares, caso específico em Porto Alegre dos Sem Terra; ação defensiva dos Atingidos por Barragens, que se empoderaram contra o Estado por ação criminosa de violência psicológica e física contra os empobrecidos. Tem ocorrido ademais, com setores da direita e por vezes da chamada “esquerda”, com favorecimento indireto das multinacionais e do agronegócio, hidronegócio e suas tecnologias lesivas ao meio ambiente e, portanto, à saúde humana, que foram alvos de denúncia e das manifestações dos próprios movimentos populares e das organizações comprometidas com a democratização do país. O oportunismo nos tempos de calamidade, repetido contra os Sem Tetos e favelados, inclusive no episódio das chuvas, no Rio de Janeiro e Niterói, foi também ação do Estado, que jogou as vítimas contra elas próprias e fez uma ação de “expulsão” dos moradores de áreas há muito tempo cobiçadas pelos setores hoteleiros, de Cassinos e atividades congêneres de turismo, que reivindicavam, há anos, o despejo dos moradores para realizar saneamento e urbanização com dinheiro público nos

morros, considerados potenciais de alto nível de sua atividade econômica. As elites e os setores conservadores estão na contramão do diálogo, havendo choques frequentes da classe política comprometida com o capital, com ênfase em Porto Alegre, na qual a criminalização óbvia dos movimentos sociais era também uma forma de “puxar as orelhas do governo central”, cujo ponto central toma hoje os discursos de campanha do José Serra, de que o Estado tem que chamar a coordenação a si, por ordem nos movimentos sociais, reivindicando o controle hegemônico da sociedade pelo Estado.

Políticas de governo e a vocação das universidades

É certo, não há dúvidas, salvo por má fé, de que da posição de Fernando Henrique Cardoso, surdo para dialogar com quem quer que fosse, houve uma mudança diirética - no sentido que Bachelard empresta a esta palavra, de que se passou da noturnidade à “clareza do dia” -, quando Lula se propôs, e tem feito, a sentar e negociar com todos e, sobretudo, com os adversários. De lá para cá muito foi realizado. Houve alguma iniciativa do Estado em diversas direções, inclusive no recente diálogo entre Irã e a ONU. Procurou o governo, desvendar a realidade do país, buscando um conhecimento maior, com base de dados acessíveis à sociedade, que permitisse acesso não apenas de um aspecto da realidade nacional, mas de sua integração e inter-setorialidade por parte do estado, em vista do estabelecimento das políticas públicas. Temos hoje acesso a um complexo conjunto de informações de todos os âmbitos da realidade, seus avanços e recuos, transparências nos processos de avaliação, divulgação de dados e informações, entre estes, a busca de subsidiar via Plataforma Lattes e a Plataforma Freire (<http://freire.mec.gov.br/index/principal>), assim como a contribuição da avaliação através do ENEM e do ENAD, com todas as dificuldades e ajustes que precisarão ser feitos, mas continua prioridade a qualquer governo e à nação possuir uma informação sistêmica necessária e relevante para a ação planejada, sobretudo das instituições de formação docente e discente. Se é verdade que este sistema de informação fornece possibilidades de um planejamento da formação a partir das necessidades e aspirações dos próprios educadores e estudantes, ele também precisará cotejar essa formação dentro de um perfil político que não ignore o mercado, sem, contudo, tornar-se refém dele. Hoje se tem acesso à realidade de cada unidade escolar, de sua programação, dos trabalhadores da educação e de suas comunidades, programas, currículos e atividades extracurriculares. Se tem, também, significativo acesso à malha da educação superior, tanto pública quanto privada, como dos desistentes ou daqueles trabalhadores do ensino cujos

títulos não são mais suficientes para reintegrá-los ao trabalho, podendo planejar as complementações necessárias para que voltem à ativa. Tem-se acesso, hoje, aos programas de extensão das universidades, tanto dos recursos, comunidades atendidas, responsáveis, e assim por diante, de forma a responder às necessidades de demanda social da presença da universidade no cotidiano. E esta tem sido a direção assumida pelo governo.

Desde o levantamento real e a transparência publicada, houve impactos nas avaliações realizadas pelo governo. Foi necessário juntar outros fatores que realçassem um trabalho maior por parte das Federais, que ficavam sempre aquém na sua grande massa, da ‘produtividade’ imposta pelos processos da avaliação, sem o cuidado do que exatamente se produzia. Houve um momento no país em que raras federais tinham uma produção esperada nos seus programas de pós-graduação, para satisfizerem a avaliação da respectiva área; avaliação, aliás, realizada por colegas nossos, na CAPES, de forma que as universidades particulares obtiveram, durante certo tempo, um patamar mais adequado e com melhores respostas de sua produtividade, que as Universidades Federais. Caso tenha sido muito boa a quebra da hegemonia e do *pedigree* das universidades públicas, havia também uma curiosa surdez dos avaliadores para o impacto direto que a produção das federais tinha na rede pública escolar de seus estados e municípios; e da avaliação da grande massa de conhecimentos proveniente das pesquisas realizadas nas federais e públicas. Havia pouco lugar, ainda, para destaque do trabalho dos professores na busca de preparar manuais, material pedagógico, assessoria pedagógica e curricular aos programas de ensino médio e fundamental, bem como o elemento estratégico fundamental, o trabalho das universidades voltado à formação continuada de professores e da formação ao longo da vida, de sorte que os artigos científicos, supervalorizados nas avaliações, eram demasiado sofisticados, escritos para “inglês ver”, trazendo o conforto de ter produzido algo para ser lido fora do país, sem impacto, necessariamente direto, no ensino público de nossos processos educacionais dentro de nossa própria casa. Mas, foi a publicação dos dados e critérios que permitiu à comunidade docente pressionar o tipo de avaliação elitista que tínhamos sobre nosso próprio trabalho.

Sabe-se da inseparabilidade do que se produz na academia com o que se produz nas outras redes de ensino. E não se pode pensar políticas de educação em separado da educação como um todo, inclusive do acompanhamento a todos os setores, como terceira idade, portadores de necessidades especiais, creches, jovens e adultos, e assim por diante. Uma sociedade se transforma na medida em que o conjunto dos fios sociais que a tecem transformam pessoas, é capaz de sustentar um conhecimento que se difunda, não apenas na produção da fábrica e no trabalho, mas que repercute em níveis de uma nova estética, arte, tecnologia,

em níveis de cuidado e solidariedade, de prazer do acesso aos sonhos, de sorte que gere fios de uma civilização inédita, para a cidadania ativa e crítica, capaz de estabelecer controle social por sobre o Estado, bem como contribuir decisivamente na formulação de políticas públicas para todos e todas.

Fala-se, pois, de um país que decolou. É absolutamente verdadeiro quando, há alguns anos atrás, nesta mesma casa e em torno desta mesa e na gestão do Reitor Paulo Speller, sentávamos, enquanto docentes e funcionários da UFMT, coletivamente, com toda a reitoria e pro-reitorias, para avaliar a triste descoberta de que tínhamos perdido a guerra. Não havia mais insumos para as universidades. Os interesses dos grandes grupos prevaleciam. O peso gravitacional das grandes universidades no centro do país e de algumas do Nordeste ficaria com o que havia de recurso para pesquisa e nossa vocação era de ater-nos, privatizados, na formação de graduandos e, no máximo, oferecendo a licenciatura. Devíamos água, luz, telefone e correio. Não haveria suporte para pesquisa. Interessava à tecnocracia dos ministérios compartilharem com menos instituições e optar por centralizar a aplicação de recursos que apostar na isonomia das universidades com todos os outros estados da Federação. Havia uma ação de bloqueio da pós-graduação *stricto-sensu*. E, por isso, naquele período, os nossos dias como “universidade” estavam contados, para nos tornarmos Institutos de Ensino Superior. Pois bem, menos de três meses depois, este panorama se inverteu de maneira drástica. Antevíamos, descrentes, um horizonte aberto ao nosso favor. Hoje estamos numa direção oposta àquele pesadelo. A recuperação, via concurso público para docentes, abertura de vagas para concursos, editais dirigidos em busca da consolidação das universidades de periferia, mostrava outro caminho, na contramão do que até então se fizera. O florescimento, atualmente, excede com o risco de ser exagerado sinal indicativo de morte incontinenti. Lembro-me de menino, quando uma laranjeira floria demais e produzia muito, meu pai balançava a cabeça e preconizava: *Vai morrer!* Parecia-me incompreensível. Não era. Lembro-me, mais tarde, em Cuiabá, de um limoeiro em nossa casa, nunca dava nada. Até que um dia floriu como nunca. Os limões nasceram inclusive soterrados, puxávamos os galhos e havia penca de limões sob a terra. Chamei um amigo da área mostrando o sucesso que atribuía aos tratamentos que havia feito para reanimá-lo durante sua enfermidade. Ele profeticamente disse: “Ih! Esse limoeiro tá no fim, vai secar, logo!” Foi o *flash-back* do que ouvira do meu pai. Era a busca desesperada da natureza no último estertor de se preservar, gerando sementes para garantir a continuidade da espécie. O fato é que em menos de dois meses eu estava, assustado, diante de um limoeiro “torrado”.

A metáfora é drástica, claro. Mas, decolamos para onde exatamente? Com que qualidade? Com que consistência? Com que rigor?

Não haverá Universidade formadora sem democracia direta.

Acredito que há uma díade que pode responder nossas perguntas. A universidade, sua existência, qualidade, eficácia e rigor dependerão da escolha entre democracia popular ou de um regime político centralista das elites. Há, e é óbvia, uma inteligência política do caráter estratégico da rede escolar pública, não apenas na mudança do país, mas também em sua expressão eleitoral. Essas coisas não estão dissociadas nem da cultura nacional, nem da interdependência entre o que se tem em curso, e o que se terá após uma mutação eleitoral, que deveremos sofrer em breve. Existe, e é dramática, uma mola propulsora do mercado cobrando um nível de formação tecnológica avançada, para que possa alcançar seus objetivos a curto e médio prazos, se possível dispensando trabalho vivo ao máximo e apostando nos processos informatizados e de automação. Quem pensa, entretanto, em longo prazo, é ambientalista, não o setor técnico industrial! E, neste sentido, o vetor de progresso, que assina em parte esta decolagem, tem pressa. Penso que pressa demais. Assim sendo, decolamos para quê e para onde, com que sustentabilidade? E eu arriscaria uma pergunta tipicamente freireana que a gente sempre esquece: a favor de quem e contra quem?

Se consultarmos o Processo de Bolonha temos algumas respostas aterradoras. Voltamos, quiçá, à cultura ilustrada antes da guerra, aquela que deposita outra vez na racionalidade e contemporaneamente na biotecnológica e nos setores da informática, a grande virada para o surgimento do homem cibernético, que superará todos os limites, afirmando-se como projeto deificado, pleno e concluso. Voltamos a uma nova atmosfera hegeliana de confiança na santificação dos Estados e na ideologia do progresso linear e contínuo, sob o massacre das diferenças e das singularidades, então globalizadas.

Bolonha foi a ressurreição que já há alguns anos circulara, inclusive os ambientes religiosos dominantes, no papado anterior de João Paulo II, que propunha um retorno à cultura clássica romana como fator civilizatório mundial, projeto que tem nome e que se chama *Projeto de Cristandade*, que busca sob a hegemonia da fé, a ausência da conflitividade, via centralismo que se desenhava naquele pontificado. Talvez não tenhamos memória sobre essas coisas da Igreja, mas adianto, ela era indicativo das formas desejadas de poder na Europa, pois, ao mesmo tempo que o Papa desaprovava que qualquer membro da hierarquia falasse de política, chamava a si esta iniciativa de forma privada e centralizava uma única posição sem vozes de oposição. A ideia da modernidade era uma hegemonia para um projeto centralizador, se possível a partir da visão católico-romana, conseguindo adesão e hegemoneizando a sociedade, aos projetos colonialistas e patriarcais da religião. O Papa, por causa disso, era móvel centralizado no poder, não tanto no serviço. Não era prioridade em suas peregrinações aos países, ir

como Pastor que também era, mas, sobretudo como Chefe de Estado do Vaticano, recebido pelos governos e Estado somente depois voltado ao público católico. Nesta condição, visitou o Brasil, a Nicarágua, a África, a Polônia na condição de Chefe de Estado e, secundariamente, como Pastor. Chamo a questão Romana, apenas, como metáfora daquilo que será a exportação de outro projeto laico, o da recuperação do eurocentrismo, com toda sua força colonizadora. Pois bem, o documento de Bolonha é explícito - e a formulação nasce das universidades, não dos governos - que é necessário que esta (nova) sociedade do conhecimento seja reconhecida como especialidade das universidades e o *boom* tecnológico do mercado capitalista poderá contar com a cooperação das universidades para criar e gestar o tipo de pessoa que o mercado necessita. Este acordo, ainda que indecente, foi selado. Mais do que isso, Bruno Schetini mostra o quanto o Projeto de Bolonha avançou com a ligeireza impensável, interferindo globalizadamente nos processos de gestão, capacitação e titulação:

O maior dano que este processo produziu foi o da apropriação e redefinição do conhecimento como mercadoria sujeita às leis do *marketing* e da utilização dela como instrumento para a acumulação crescente do capital e para a reidentificação daqueles que trabalham e estudam. Trabalhadores e estudantes que o próprio sistema considera e trata como recursos que se usam e descartam. “Como o operário-massa, o estudante-massa não pode viver a sua formação como um ato voluntário de crescimento e aculturação, mas exclusivamente como um processo coagido, momento de passagem necessária apenas para entrar no mundo do trabalho.”⁹ Tais questões afetam, inevitavelmente, a questão educativa e os sistemas de formação, levantando reflexões e soluções novas e mais críticas. (SCHETTINI, 2009, p. 277).

Dele se seguiu o grande encontro, no aniversário da Universidade de Lisboa. Imediatamente, um acordo globalizado dos países da União Europeia sacralizou um documento de direcionamento e orientação, guia para todos os países desta mesma comunidade, buscando a formação de uma frente única, com consequências diretas para os países fora do eixo da comunidade europeia, onde se propõe a realizar o mito do retorno ao histórico protagonismo da Europa, em termos mundiais, para propor, avaliar, e criar políticas de controle e veto acerca dos títulos expedidos por outras universidades, em termos planetários. O que, portanto, se propaga é um projeto de (re)colonização, através dos quais cabe à EU ditar as regras das competências esmiuçadas que cada nível de ensino, desde o fundamental, médios, superior, pós-

graduação devendo, para poder ser considerado equivalentes, ter documento firmado em Copenhagen. Não será necessário aqui expor toda a dimensão do Processo de Bolonha, mas quero recordar que há estratégias ativas de sua implantação no Brasil, tanto nas intencionalidades das avaliações, quanto nas políticas de aplicação de recursos, voltado a gerar, com rapidez pragmática, o tipo de mão de obra que se precise. Não é estranho a institucionalização acelerada e sem consulta às Associações acadêmicas e sindicais dos mestrados e doutorados profissionais, da formação dos tecnólogos, do ProEja? Não quer dizer que esta formação precisa ser indecente e de caráter pragmático. Mas, na intencionalidade, a depender da tecnocracia e das formas do mercado, a lei sempre será: o menor investimento com o melhor retorno. Isso significará aligeiramento dos processos de extorsão de uma mão de obra que circula em treinamentos que dispensam a cidadania e geram dependência econômica. O Mercado dará a palavra de ordem do tipo de conhecimento necessário para suas finalidades e, curiosamente, as universidades terminam por compreender sua função como adstrita a fins técnico-econômicos. Toda a história da origem das universidades, seu espírito, independência e autonomia ficam subordinados, gerando-se, outra vez, uma condição heterônoma, sequestrando ao trabalhador seu direito a fruir humanidade e cultura, para ser tornar coisa, “isto” na máquina de produção e, coletivamente, sua autodeterminação será sepultada enquanto nação.

Fica extremamente difícil compreender que neste modelo, com as fragilidades que temos, com a direção das políticas institucionais, com o “Estado” que temos, infinitamente distante do Estado que queremos, com a ausência de democracia que soçobra perante a produção cultural terrorista em curso pela ditadura dos meios de comunicação, com o capital que circula em mercado paralelo saído dos cofres públicos para interesses estrangeiros e privados, atuantes dentro do país; com um sistema internacional conspiratório; se possa imaginar uma decolagem sem traumas.

Decolagem a favor de quem e contra quem?

Os sujeitos são dois, povo brasileiro e as elites centralizadoras e excludentes. Estamos agora num processo eleitoral, de novo, com o coração nas mãos, pois não somos ingênuos, sabemos quais projetos estarão em regime de plebiscito: um projeto popular democrático que engatinha e um projeto autoritário, elitista e xenófilo. Se imaginarmos - o que não é impossível! - que a continuidade das *políticas de governo*, - que é o que temos, posto que as políticas de Estado precisem de muito tempo para que sejam edificadas e subsistam às transições de governos, - estão com a espada de Dâmocles sobre o pescoço. Alguém poderá imaginar que a Escola de Tempo Integral permaneça? Que recursos para arte estejam no montante dos últimos editais? Que

os recursos à pesquisa continuem a circular nas universidades da periferia do país? Que o regime de cotas se mantenha, caso vença um governo conservador? Que a contratação dos professores continuará em ascenso com o descaso que tem o capital com a cultura? Que o Processo de Bolonha – das elites que voltam às costas para o Brasil - não incidirá colonizadamente sobre nosso trabalho de formação nas universidades, sob tutela e hospedagem dos estrangeiros e de sua cultura no povo brasileiro? Como crer que as universidades continuarão em expansão com caráter público, se nossas ligações financeiras e nossos “donos” sequer estão à luz do dia? Isso poderia ser o estrago apenas no que diz respeito somente à educação! É provável que se promova a desnacionalização do quanto se construiu e recuperou; as lideranças populares dos movimentos sociais serão tratadas como bandidos e terroristas; irão para leilões interrompidos os consórcios voltados à energia, pré-sal, água e sequestro de carbono, Petrobrás como agência de energia, desnacionalização da Amazônia, tanto quanto foi perdido a Siderúrgica Nacional e Carajás, como o minério da Fazenda Manatí, no Mato Grosso, e outras áreas estratégica que geram dependência e submissão, financiadas com recursos públicos nacionais. Isso não é nenhuma ameaça distante, não é à toa que a propaganda política já entrou em fase de terrorismo branco. Aos poucos, muitos recursos vieram contrabalançar setores que condenavam à miséria e à fome grande parte dos brasileiros.

Ainda assim, arrisco a dizer que os fatores econômicos que hoje sustentam euforia em nível de governo, estão longe de poder sustentar euforia. O momento é sério e exige todo o cuidado. O que se construiu, também positivamente, foi às custas de áreas insustentáveis, que será possível que o atual desenvolvimento destas políticas, com o capitalismo em desestruturação, venha também desconstruir o conjunto de políticas públicas edificadas sob um sistema econômico instável e em agonia, em nível global.

Afirmo que esse capitalismo não tem qualquer afinidade com a democracia, nem com a valorização da vida do planeta. Inda que a soja pudesse ser ótima, dizia Frei Luc em sua recente passagem por Cuiabá, o nível de concentração de sua monocultura em extensão absurda, jamais será sustentável. O desmonte desta cadeia produtiva, com as denúncias sérias realizadas com pesquisa consistente e ampliada (<http://www.anovaordemmundial.com/search/label/trangenicos>) acerca da soja transgênica, de ser causadora de anomalias, morticínios de fetos e crianças, pelas mutações genéticas causadas em ratos e *hamsters*, e a esterilidade provocada nos animais, cairão na cabeça de quem? Não esqueçamos, todas as crises do capital, a quebra da economia em sua fragmentação nos principais países do mundo, inclusive em nível planetário, foi financiada e estancada pelo dinheiro público do Estado e das nações. Para isso, o Estado – indesejado pelo neoliberalismo serve, e serve muito bem, ao capitalismo. Da mesma foi sanado, pelos recursos

públicos, o pagamento das dívidas dos bancos no Brasil, dos canavieiros, que sempre tiveram um pé colocado na escravidão humana, bem como de todos os empresários que deram calote no Banco do Brasil. O agronegócio abre alas e deixa lugar para grandes empresas de tecnologia agrária. Os níveis de envenenamento e contaminação denunciados nas pesquisas da UFMT foram publicados por Wanderley Pignatti (UFMT) (http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010373312009000100011&script=sci_arttext), mostrando os malefícios gerados por um uso em massa de agrotóxicos, que tem causado mutações genéticas em crianças e animais, mortes e contaminação do lençol freático, sobretudo nas duas produções mais “suja”, que constituem matéria central da exportação do Mato Grosso: o algodão e a soja. Não somos ingênuos de acreditar que a erosão do capitalismo se dê com facilidade sem as recuperações que o próprio capitalismo tem conseguido ao longo dos anos, a cada ciclo, mas sua coluna dorsal está quebrada definitivamente. Juntaram-se os últimos tubos de oxigênio para não deixar que morressem. Ou seja, a cura dos males propagados, as estruturas monstruosas da modernização estão na contramão de qualquer condição ambiental, que freie o consumo desnecessário ou exagerado e que se crie formas sustentáveis, com outra economia distinta daquela devassadora que temos. É absolutamente imperdível o impressionante filme divulgado, e que nos dá uma aula sobre política em cinco minutos (http://www.youtube.com/watch?v=JFOmNAjk1EQ&feature=Playlist&p=5E876630D2BF325B&playnext_from=PL&playnext=1&index=14).

Não há salvação que não esteja na democracia, na tomada das ruas pela população que tem consciência plena de sua cidadania de nascimento e controla o Estado e os “podres poderes” que hoje se mobilizam para emperrar a democracia, mediante as mesmas estratégias fascistas que aprenderam ao longo da história.

Tanto quanto a bebedeira da noite anterior pode ser amenizada com algumas doses matinais, para disfarçar o porre e a cirrose hepática em curso, não será impossível, inclusive, que a decolagem tão acelerada do país e de suas universidades, com insumos caros na sua manutenção e expansão, brinquedo de menino viciado no consumo exagerado, possa implicar num *looping* que, se voltando contra nós, atinja nossas próprias cabeças e sem data prévia.

Só uma perspectiva nos poderá salvar, a opção das universidades abraçarem os interesses e a causa da democracia popular, fortalecendo a população mais humilde do país, conclamando e abrindo espaços para os movimentos sociais, os maiores protagonistas, no país, das mudanças e transformações. Não está, entretanto, definido o projeto de universidade ainda em debate. As alternativas serão aquelas de sempre: história ou barbárie. Os oprimidos, dirá Paulo Freire, não são seres históricos, mas **seres historiadores**; e, serão eles, os protagonistas que decidirão, conosco, se vale a pena, na luta, apostar na esperança.

Referências

- ANPED. Anais da 32ª Reunião anual da ANPED. **Sociedade, cultura e Educação**: novas regulações? Caxambu, MG, 2009.
- FIORE, Ernani Maria. Prefácio. In: FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1987, p. 9-10.
- MARCUSE, Herbert. **Eros e civilização**: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud. 8 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.
- SCHETTINI, Bruno. Bolonha versus Lisboa: contradições e ambiguidades na Itália e na Europa. **Revista de Educação Pública** - v. 18, n. 37 (maio/ago. 2009), Cuiabá: EdUFMT, 2009, p. 273-294.
- VANKRUNKELSVEN, Luc. **Navios que se cruzam na calada da noite**: soja sobre o oceano. Trad. Marianne Christina Scheffer. Curitiba: Popular: CEFURIA. 2006.

Recebimento em: 19/05/2010.

Aceite em: 25/05/2010.